

RESULTADO FISCAL DO GOVERNO CENTRAL

1 Em fevereiro, o Governo Central obteve superávit de R\$ 1,4 bilhão nas suas contas primárias, acumulando no primeiro bimestre do ano resultado de R\$ 2,9 bilhões, ou aproximadamente 1,6% do PIB estimado para o período. O Tesouro Nacional contribuiu para o desempenho do mês com superávit de R\$ 2,0 bilhões, enquanto que a Previdência Social (RGPS) e o Banco Central foram deficitários em R\$ 577,6 milhões e R\$ 61,8 milhões, respectivamente.

Em fevereiro, o superávit primário do Governo Central foi de R\$ 1,4 bilhão.

TABELA 1
RESULTADO PRIMÁRIO DO GOVERNO CENTRAL
BRASIL, 1999-2000

R\$. Milhões

DISCRIMINAÇÃO DO RESULTADO	Jan	Fev	Jan-Fev	
	2000	2000	1999	2000
I. RECEITA TOTAL	18.499,9	17.106,7	31.394,6	35.606,6
I.1. Receitas do Tesouro	14.553,9	13.023,9	24.319,1	27.577,8
I.1.1 Receita Bruta	15.158,0	13.260,2	24.719,8	28.418,2
I.1.2. (-) Restituições	(532,6)	(108,2)	(243,2)	(640,8)
I.1.5. (-) Incentivos Fiscais	(71,4)	(128,2)	(157,5)	(199,6)
I.2. Receitas da Previdência Social	3.946,0	4.082,8	7.075,5	8.028,8
II. TRANSFERÊNCIAS A ESTADOS E MUNICÍPIOS	3.365,2	3.226,7	5.930,1	6.591,9
III. RECEITA LÍQUIDA TOTAL (I-II)	15.134,7	13.880,0	25.464,5	29.014,7
IV. DESPESA TOTAL	13.612,8	12.383,5	22.686,2	25.996,4
IV.1. Pessoal e Encargos Sociais	5.379,9	4.248,4	8.052,0	9.628,3
IV.2. Benefícios Previdenciários	4.671,1	4.660,4	8.588,5	9.331,6
IV.3. Custeio e Capital	3.561,8	3.474,7	6.045,8	7.036,5
IV.3.1. Despesas do FAT	315,0	436,9	740,5	751,9
IV.3.2. Subsídios e Subvenções Econômicas	48,3	135,8	357,7	184,1
IV.3.3. Outras Despesas	3.198,4	2.902,1	4.947,5	6.100,5
V. RESULTADO PRIMÁRIO GOVERNO FEDERAL (III - IV)	1.521,9	1.496,4	2.778,2	3.018,3
V.1. Tesouro Nacional	2.247,0	2.074,0	4.291,2	4.321,1
V.2. Previdência Social (RGPS) (1)	(725,2)	(577,6)	(1.513,0)	(1.302,7)
VI. RESULTADO PRIMÁRIO BANCO CENTRAL (2)	(43,1)	(61,8)	(57,2)	(104,9)
VII. RESULTADO PRIMÁRIO GOVERNO CENTRAL (V + VI)	1.478,8	1.434,7	2.721,0	2.913,4
VIII. RESULTADO PRIMÁRIO/PIB			1,85%	1,63%

(*) Dados revisados, sujeitos a alteração.
(1) Receita de Contribuições menos Benefícios Previdenciários
(2) Despesas administrativas líquidas de receitas próprias

PRINCIPAIS VARIAÇÕES
Acumulado: Fev2000/Fev1999

Receitas	13,3%
Tesouro	13,2%
Previdência	13,5%
Transferências	11,2%
Receita Líquida	13,8%
Despesas	14,6%
Benefícios	8,7%
Pessoal	19,6%
Custeio e Capital	16,4%

No ano, o resultado do Governo Central registra redução de 0,2 ponto percentual do PIB, quando comparado ao desempenho de igual período de 1999. Tal redução deve-se, em primeiro plano, ao comportamento atípico da arrecadação no primeiro bimestre daquele ano, quando foram quitados débitos em atraso com a Receita Federal em montante sem correspondência até fevereiro de 2000.

RESULTADO DO GOVERNO CENTRAL
Acumulado Jan-Fev (% PIB)

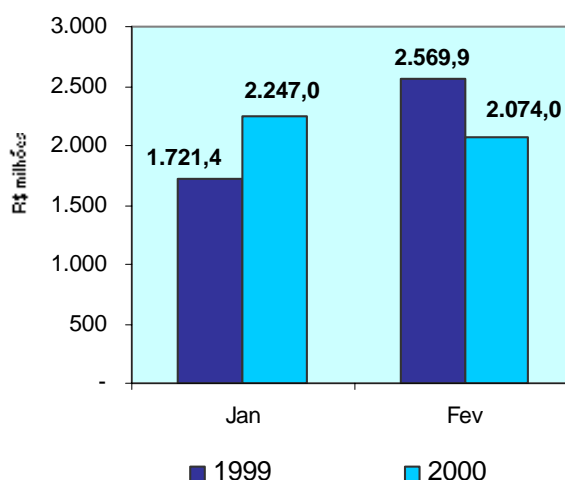
DISCRIMINAÇÃO	1999	2000
Receita Total	21,4%	19,9%
Transferências	4,0%	3,7%
Receita Líquida	17,3%	16,2%
Despesa Total	15,4%	14,5%
Resultado Primário	1,9%	1,6%

Tesouro Nacional

O superávit primário do Tesouro Nacional foi de R\$ 4,3 bilhões no ano, mantendo-se praticamente igual, em termos nominais, ao obtido no mesmo período de 1999. Em termos percentuais do PIB, no entanto, o resultado primário registra queda de 0,5 ponto percentual, embora tenham se reduzido as transferências a estados e municípios e as demais despesas em 0,3 ponto percentual cada.

O superávit primário do Tesouro Nacional acumulado até fevereiro é de R\$ 4,3 bilhões, ou cerca de 2,4% do PIB.

**Superávit do Tesouro Nacional
Brasil, 1999/2000**



**RESULTADO DO TESOURO NACIONAL
Acumulado Jan-Fev (% PIB)**

DISCRIMINAÇÃO	1999	2000
Receitas do Tesouro (*)	16,6%	15,4%
Transferências	4,0%	3,7%
Despesas do Tesouro	9,6%	9,3%
Resultado Primário	2,9%	2,4%

(*) Líquidas de restituições e incentivos fiscais

As receitas (líquidas de restituição e incentivos fiscais) cresceram 13,2% em termos nominais. Em proporção do PIB, no entanto, foram inferiores às verificadas em janeiro e fevereiro de 1999. As principais razões para isso estão associadas ao excepcional desempenho obtido naquele período, quando o Tesouro, por meio de receitas atípicas, obteve uma arrecadação de aproximadamente 16,6% do PIB, sem correspondência em outros anos.

A redução das despesas em 0,3 ponto percentual do PIB está associada, em primeiro lugar, aos menores desembolsos com pessoal, em parte explicados pela alteração na data de pagamento do funcionalismo no mês de janeiro de 1999. Além disso, houve redução nas despesas com custeio e capital, em relação ao PIB, principalmente devido ao comportamento do FAT e dos gastos com subsídios e subvenções (queda de 0,1 ponto percentual cada).

**Transferências
a estados e
municípios**

As transferências a estados e municípios apresentaram, em seu conjunto, queda equivalente a 0,3 ponto percentual do PIB, como podemos ver na tabela ao lado. No primeiro bimestre de 1999, as transferências

constitucionais haviam sido maiores devido ao recolhimento extraordinário ocorrido no último decêndio de dezembro de 1998 e o segundo decênio de fevereiro de 1999 (principalmente devido à antecipação do imposto de renda sobre aplicações em fundo de renda fixa com aniversário posterior ao dia 22/12/98). Com isso, as transferências constitucionais caíram de 3,5% do PIB em 1999, para 2,9% neste ano.

Os repasses a título de ressarcimento pela desoneração do ICMS sobre exportações refletem a mudança nos critérios de opção da metodologia de seu cálculo, em janeiro de 1999, que se traduziram em transferências extraordinárias a estados e municípios naquele mês no montante de R\$ 192,9 milhões. Por essa razão, quando comparadas às realizadas nos dois primeiros meses de 1999, tais transferências apresentaram redução equivalente a 0,1 ponto percentual do PIB, ou R\$ 12,8 milhões em termos nominais.

Por fim, as demais transferências cresceram 0,2 ponto percentual do PIB, chegando a R\$ 790,7 milhões nos dois primeiros meses do ano. Destaque para os *royalties* da Petrobras (Lei nº 9478/97) e o Fundef, os quais totalizaram R\$ 389,9 milhões até fevereiro, sem qualquer correspondência nas contas do primeiro bimestre de 1999. Outro destaque foram as transferências vinculadas à contribuição ao salário-educação, as quais somaram R\$ 324,1 milhões no período, apresentando crescimento nominal de 24,4% em relação ao valor realizado no ano passado. Esse comportamento está associado ao fato da Previdência Social ter repassado os recursos do salário-educação referente ao décimo-terceiro salário (R\$ 69,1 milhões) apenas no mês de janeiro, quando comumente o mesmo é feito em dezembro.

A receita bruta do Tesouro Nacional totalizou R\$ 13,2 bilhões em fevereiro, 12,7% abaixo da arrecadação obtida no mês anterior. A redução, de R\$ 1,9 bilhão em termos nominais, ocorreu basicamente devido ao fato da arrecadação de janeiro ter sido fortemente influenciada por fatores sazonais.

Entre esses fatores, pode-se destacar o aquecimento das vendas de dezembro, com impacto na arrecadação de janeiro, que contribuiu para aumento da Cofins, do PIS/Pasep, do IRPJ e da CSSL. Ademais, em janeiro, ocorreu o pagamento da primeira cota e cota única do IRPJ e CSSL relativo ao resultado do 4º trimestre de 1999, cujo valor foi superior ao pagamento da segunda cota em fevereiro. Por fim, vale destacar que a queda na arrecadação em fevereiro, frente ao mês anterior, foi influenciada pelo pagamento do IRRF sobre juros do capital próprio: enquanto em janeiro a arrecadação dessa rubrica atingiu R\$ 713,0 milhões, em fevereiro o recolhimento foi de apenas R\$ 23,0 milhões.

TRANSFERÊNCIAS A ESTADOS E MUNICÍPIOS		
Acumulado Jan-Fev (% PIB)		
DISCRIMINAÇÃO	1999	2000
Constitucionais	3,5%	2,9%
Desoneração do ICMS	0,4%	0,3%
Demais	0,2%	0,4%
Total	4,0%	3,7%

Receitas do Tesouro em relação ao mês anterior

Em fevereiro, as receitas do Tesouro reduziram-se 12,7%, em relação a janeiro, devido a fatores sazonais.

Por outro lado, em fevereiro, houve antecipação do recolhimento de tributos referente à declaração de ajuste, principalmente por parte das instituições financeiras, sendo R\$ 558,0 milhões de IRPJ e R\$ 220,0 milhões de CSLL.

Receitas do Tesouro em relação ao ano anterior

No ano, as receitas do Tesouro reduziram-se 0,9 ponto percentual do PIB, em relação a 1999, devido a fatores atípicos que elevaram a receita do primeiro bimestre daquele ano.

No acumulado do ano, a receita bruta do Tesouro Nacional atingiu o montante de R\$ 28,4 bilhões, tendo sido 14,8% superior, em termos nominais, à receita obtida em igual período de 1999. Como proporção do PIB, no entanto, houve redução na arrecadação de aproximadamente 0,9 ponto percentual, que pode ser atribuída a fatores atípicos que contribuíram para elevação da arrecadação de 1999, sem paralelo em 2000. Entre esses fatores, foram destaque naquele ano:

- a desistência de ações e conseqüente pagamento de débitos em atraso, que gerou receita extra para a União de R\$ 2,2 bilhões em fevereiro;
- a extensão da tributação sobre aplicações financeiras de renda fixa às operações de cobertura (*hedge*), realizadas por meio de operações de “*swap*”, que gerou receita de aproximadamente R\$ 713,0 milhões;
- o efeito da desvalorização cambial ocorrida em janeiro, aumentando a receita das instituições financeiras e, conseqüentemente a arrecadação do IRPJ e CSLL em aproximadamente 400,0 milhões em fevereiro de 1999;
- a incidência do IOF nas operações de crédito das pessoas físicas à alíquota de 6,0%, tendo sido reduzida para 1,5% a partir de outubro; e
- a incidência do adicional de 0,38 ponto percentual do IOF sobre as operações de crédito, tendo vigorado entre 24/01 e 17/06/1999.

Acrescentam-se a esses fatores, a ocorrência, no primeiro bimestre de 1999, de créditos da Conta Petróleo, permitindo à União o cancelamento de dívida junto à Petrobras no montante de R\$ 579,5 milhões; e receitas provenientes do pagamento de participações e dividendos da União no total de R\$ 452,5 milhões. Em ambos os casos, não houve correspondência neste ano, o que contribuiu para redução da receita bruta em pontos percentuais do PIB.

Por outro lado, vale destacar que, em movimento contrário, cresceram a arrecadação da Cofins - devido à elevação da alíquota para 3,0%, a partir de março de 1999 - e da CPMF, devido à reintrodução de sua cobrança com a alíquota de 0,38% a partir de junho de 1999. Com isso, as receitas dessas duas

RECEITAS DO TESOURO NACIONAL Acumulado Jan-Fev (% PIB)		
DISCRIMINAÇÃO	1999	2000
Impostos	9,1%	7,6%
Imposto de Renda	6,2%	5,1%
IPI	1,7%	1,5%
Outros	1,2%	0,9%
Contribuições Sociais	6,2%	7,2%
Cofins	2,0%	3,4%
CPMF	0,5%	1,3%
CSLL	1,2%	0,9%
Outras	2,4%	1,6%
Demais	1,5%	1,1%
Conta Petróleo	0,4%	0,0%
Dividendos da União	0,3%	0,0%
Concessões	0,1%	0,0%
Outras	0,7%	1,1%
Total Bruto	16,8%	15,9%

contribuições passaram de 2,0% para 3,4% do PIB, e de 0,5% para 1,3%, respectivamente. A tabela acima apresenta o comportamento desses e dos demais tributos em relação ao PIB estimado para o primeiro bimestre de 1999 e 2000.

Outro aspecto positivo da receita deste ano, *vis-a-vis* a arrecadação do ano passado, refere-se às outras receitas do Tesouro Nacional. Em proporção do PIB, houve, nesse caso, crescimento de 0,4 ponto percentual, ou 80,3%, em termos nominais, o que reflete aumento das receitas com taxas diversas, e receitas parafiscais vinculadas a órgãos da administração direta e indireta. Entre as mais relevantes, neste primeiro bimestre destacam-se a tarifa de auxílio à navegação aérea (R\$ 75,5 milhões), o adicional sobre tarifa aeroportuária (R\$ 57,4 milhões) e, principalmente, a receita de *Royalties* da Petrobras (Lei 9478/97), incluída no projeto de Lei Orçamentária de 2000, mas sem correspondência em 1999 (R\$ 295,0 milhões).

As despesas do Tesouro Nacional (pessoal e encargos e custeio e capital) atingiram o montante de R\$ 7,7 bilhões em fevereiro, R\$ 1,0 bilhão abaixo das despesas registradas no mês anterior. A maior queda foi verificada na rubrica pessoal e encargos, não obstante o pagamento de férias aos servidores na folha deste mês. A despesa com pessoal passou de R\$ 5,4 bilhões para R\$ 4,2 bilhões, pelo fato de ter sido concentrado em janeiro a maior parte do pagamento das férias.

As despesas do FAT não apresentaram variação significativa em relação a janeiro. Em fevereiro foi transferido para as instituições financeiras o montante de R\$ 305,8 milhões para o custeio do seguro-desemprego, além de R\$ 85,0 milhões referente à quinta parcela do abono salarial (PIS), do exercício de 1999.

Com relação ao Programa das Operações Oficiais de Crédito (POOC), foram realizadas despesas no valor de R\$ 54,2 milhões no âmbito do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), referentes ao pagamento da equalização de taxas de juros, relativas as concessões de créditos para investimento agropecuário, realizadas no segundo semestre de 1999.

Adicionalmente, foram gastos R\$ 16,2 milhões com subsídios ao Proex, sendo R\$ 16,0 milhões com emissão de títulos (NTN-I), para o pagamento das despesas de competência janeiro e fevereiro. Destaque-se, ademais, que o comportamento das despesas com subsídios foram amenizadas, no mês, pelo recebimento líquido no valor de R\$ 40,9 milhões relativos as operações de "Aquisições do Governo Federal" (AGF), resultado da venda de produtos agrícolas - principalmente milho em grãos e algodão - realizadas pela Conab.

DEMAIS RECEITAS DO TESOURO Acumulado Jan-Fev		
DISCRIMINAÇÃO	1999	2000
Demais	2.247,2	2.043,8
Conta Petróleo	579,5	-
Dividendos da União	452,5	3,7
Concessões	151,6	81,6
Outras	1.063,7	1.958,5

Despesas do Tesouro em relação ao mês anterior

A redução das despesas do Tesouro em relação ao mês anterior deve-se à sazonalidade da folha de pessoal.

Despesas do Tesouro em relação ao ano anterior

DESPESAS DO TESOURO NACIONAL Acumulado Jan-Fev (% PIB)		
DISCRIMINAÇÃO	1999	2000
Pessoal e Encargos	5,5%	5,4%
Custeio e Capital	4,1%	3,9%
Despesas do FAT	0,5%	0,4%
Subsídios e Subvenções	0,2%	0,1%
Outras	3,4%	3,4%

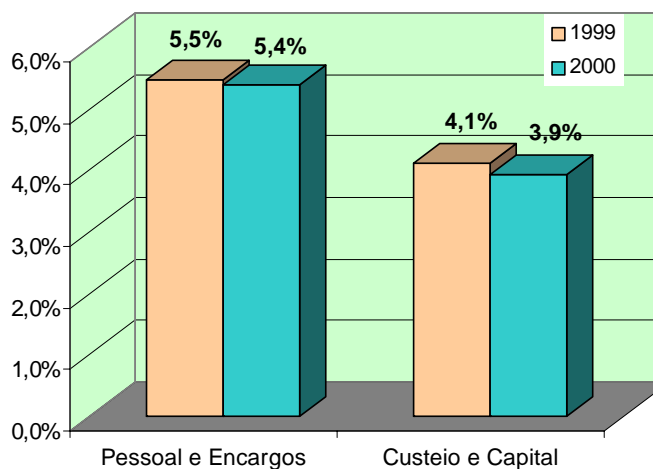
No período janeiro a fevereiro de 2000, as despesas do Tesouro Nacional apresentaram redução de 0,3 ponto percentual do PIB, quando comparadas a igual período de 1999. A rubrica Pessoal e Encargos diminuiu 0,1 ponto percentual do PIB, apesar da incorporação do percentual de 28,86% no vencimento básico dos servidores do Poder Executivo, em cumprimento a decisão judicial, e do pagamento da segunda parcela da vantagem referente ao período de janeiro de 1993 a 30 junho de 1998, ocorrida em janeiro deste ano.

As despesas de custeio e capital, excetuadas as despesas com abono e seguro desemprego do FAT, e com subsídios e subvenções, se mantiveram praticamente estáveis no período, atingindo 3,4% em relação ao PIB. Ressalte-se que enquanto o orçamento do exercício 2000 não for aprovado pelo Congresso Nacional, as despesas de custeio e capital dos órgãos da administração pública serão realizadas pela regra do duodécimo (vide boxe 1).

Boxe 1 - A regra do duodécimo

De acordo com a Lei de Diretrizes Orçamentária (LDO) para a elaboração do orçamento do exercício financeiro de 2000 (Lei nº 9.811/99), se o projeto de lei orçamentária anual não for aprovado pelo Congresso Nacional até 31 de dezembro de 1999, os órgãos da administração pública federal somente poderão realizar despesas de custeio e capital até o limite de dois doze avos do total de cada dotação constante da proposta orçamentária.

Despesas do Tesouro Nacional
(acumulado até fevereiro, em % do PIB)



OPERAÇÕES OFICIAIS DE CRÉDITO Acumulado Jan-Fev		
DISCRIMINAÇÃO	1999	2000
Agricultura	29,0	53,5
Custeio Agropecuário	32,5	25,8
Investimento Rural	1,3	6,4
Preços Agrícolas	(69,8)	(52,7)
- EGF	2,1	0,9
- AGF	(85,9)	(55,8)
- Sustentação de preços	14,0	2,2
Pronaf	64,9	74,0
Securitização (Lei 9138)	-	-
Exportação	180,0	17,6
Proex	180,0	17,6
Total	209,0	71,0

As despesas do Programa das Operações Oficiais de Crédito (POOC) tiveram uma redução de 66,0% no primeiro bimestre do ano. Tal redução está associada principalmente às alterações implementadas nas regras relativas à emissão de títulos públicos para custeio do Proex, conforme Medida Provisória nº 1.974/2000. As despesas deste programa passaram de R\$ 180,0 milhões, em 1999, para R\$ 17,6 milhões, em 2000. As despesas vinculadas à agricultura, por outro lado, cresceram R\$ 24,5 milhões nesse período, em decorrência do menor resultado das vendas de produtos agrícolas, no âmbito do programa Aquisições do Governo Federal (AGF).

O déficit da Previdência Social foi de R\$ 577,6 milhões em fevereiro, inferior em 20,4% ao resultado do mês anterior, devido a uma melhora no comportamento da receita líquida.

A arrecadação bruta, em particular as Contribuições Previdenciárias, permaneceu praticamente igual ao registrado no mês anterior; no entanto, em janeiro, foi realizado maior repasse a terceiros (R\$ 489,7 milhões contra 306,7 milhões em fevereiro), por ter-se incorporado nas transferências do mês a parcela referente ao décimo-terceiro salário, normalmente repassado em dezembro. A tabela abaixo resume essas informações.

RESULTADO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL Brasil, 2000		
DISCRIMINAÇÃO	JAN	FEV
Arrecadação Líquida	3.946,0	4.082,8
Arrecadação Bruta	4.445,2	4.403,4
- Contribuição Previdenciária	4.161,9	4.195,0
- Simples	181,3	134,1
- CDP	3,1	2,1
- Depósitos Judiciais	44,1	64,0
- Outras Receitas	54,8	8,1
(-) Restituição/Devolução	(9,5)	(14,5)
(-) Transferências a Terceiros	(489,7)	(306,1)
Benefícios Previdenciários	4.671,1	4.660,4
Resultado Primário	(725,2)	(577,6)

As despesas com benefícios previdenciários atingiram R\$ 4,7 bilhões, permanecendo estável em relação ao mês anterior. Nesse caso, ressalta-se a redução na taxa de crescimento do estoque de benefícios emitidos ao longo dos últimos meses. Para se ter uma idéia, em agosto do ano passado a taxa era de 4,1%, quando comparado a agosto de 1998. Em novembro passou para 3,8% e em janeiro e fevereiro deste ano chegou a 3,5%. Esse comportamento espelha as mudanças nas regras de concessão de benefícios pela Previdência Social, a qual alterou as condições para aposentadoria, de tempo de serviço para tempo de contribuição, elevando a idade mínima para sua obtenção.

No acumulado do ano, as despesas com benefícios previdenciários atingiram R\$ 9,3 bilhões, em contrapartida aos R\$ 8,6 bilhões observados no primeiro bimestre de 1999. O acréscimo nominal, de 8,7% no período, pode ser explicado principalmente pelo aumento do valor médio dos benefícios previdenciários pagos, que cresceram, de R\$ 239,3 entre dezembro de 1998 e janeiro 1999, para R\$ 252,5 entre dezembro de 1999 e janeiro deste ano, efeito do reajuste do salário mínimo e dos benefícios ocorridos em meados do ano.

Previdência Social

O déficit da Previdência Social foi de R\$ 577,6 milhões em fevereiro, contra R\$ 725,2 milhões em janeiro.

Benefícios	Janeiro		
	1999	2000	%
Quantidade*	18,2	18,9	3,5%
Valor Médio**	239,4	252,5	5,5%

(*) Em Milhões
(**) Em R\$ 1,00, exclusive 13º salário.

Benefício	Dez/1998- Jan/1999	Dez/1999- Jan/2000	%
	Quantidade*	18,2	18,8
Valor Médio**	239,3	252,5	5,5%

(*) média em milhões
(**) média em R\$ 1,00, exclusive 13º salário.

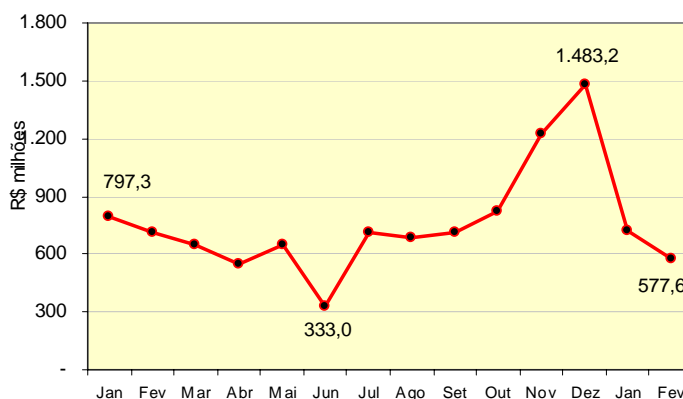
Como proporção do PIB, vale destacar, as despesas da Previdência caíram 0,6 ponto percentual, conforme podemos na tabela de resultado da Previdência acumulado até fevereiro.

A receita, por sua vez, atingiu o montante de R\$ 8,0 bilhões no período, tendo crescido 13,5% em termos nominais, reflexo dos reajustes do salário mínimo, mas também devido a outros fatores que vêm desempenhando importante papel na recuperação das contas da Previdência Social nos últimos meses. Vale destacar, por exemplo, a receita proveniente da sub-rogação – arrecadação relativa aos setores em que a contratação de prestadores de serviços é recorrente: R\$ 571,4 milhões no primeiro bimestre deste ano, sem correspondência no mesmo período de 1999; a receita do Simples: R\$ 315,3 milhões, contra R\$ 230,2 milhões em janeiro e fevereiro do ano anterior; e os depósitos judiciais: R\$ 108,1 milhões, que, a exemplo da receita do Tesouro, têm contribuído para o ajuste fiscal proposto pelo governo federal.

Dessa forma, o resultado da Previdência no ano acumula déficit de R\$ 1,3 bilhão (equivalente a 0,7% do PIB), inferior em 13,9% ao déficit de R\$ 1,5 bilhão apurado em igual período de 1999.

RESULTADO DA PREVIDÊNCIA Acumulado Jan-Fev (% PIB)		
DISCRIMINAÇÃO	1999	2000
Contribuição	4,8%	4,5%
Benefícios	5,8%	5,2%
Resultado Primário	-1,0%	-0,7%

**Déficit da Previdência Social
Brasil, 1999/2000**



DÍVIDA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL

1 Em fevereiro, a dívida líquida do Tesouro Nacional ficou em 19,8% do PIB estimado até o período, caindo 0,9 ponto percentual em relação a janeiro. Tal queda deve-se, em particular, ao aumento do estoque dos haveres contratuais do Tesouro Nacional em R\$ 8,8 bilhões, aliado à diminuição do estoque da dívida externa em R\$ 1,7 bilhão. Tais fatores mais que compensaram o crescimento da dívida mobiliária em mercado no período em R\$ 5,1 bilhões.

O saldo da dívida líquida do Tesouro Nacional em poder do mercado em fevereiro foi de 19,8% do PIB.

O aumento dos haveres contratuais do Tesouro Nacional foi ocasionado, em parte, pela assunção de dívidas de estados e municípios ocorrida no mês, e principalmente, pela reavaliação de créditos relativos à Eletrobras/Itaipu, que será explicado mais adiante. A apreciação do real ocorrida em fevereiro influenciou na diminuição do saldo da dívida externa de responsabilidade do Tesouro.

A tabela 2 apresenta a composição da dívida líquida do Tesouro Nacional em poder do mercado nos últimos três meses.

TABELA 2
DÍVIDA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL EM PODER DO MERCADO
BRASIL, 1999/2000
(R\$ milhões)

	1999		2000	
	Dez	Jan	Jan	Fev
I. DÍVIDA INTERNA	87.421	94.796	94.796	90.867
Dívida Mobiliária em Mercado - DPMF	346.779	354.562	354.562	359.614
Dívida Securitizada	29.643	32.852	32.852	33.128
Dívida Contratual da STN	-223.869	-225.713	-225.713	-234.541
Dívida Refinanciada de Estados e Municípios	-196.189	-196.784	-196.784	-199.296
Demais Dívida Contratuais	-27.680	-28.930	-28.930	-35.246
Dívida Contratual de Fundos, Autarquias e Func	-65.132	-66.905	-66.905	-67.333
Fat	-45.487	-46.929	-46.929	-47.450
Demais Entidades	-19.645	-19.976	-19.976	-19.884
II. DÍVIDA EXTERNA	116.840	117.560	117.560	115.887
Dívida Mobiliária em Mercado - DPMF	89.185	89.551	89.551	89.076
Títulos Depositados em Garantia	-4.496	-4.536	-4.536	-4.695
Dívida Contratual	32.904	33.277	33.277	32.227
Disponibilidades	-752	-733	-733	-721
III. DÍVIDA LÍQUIDA TOTAL (I+II)	204.261	212.356	212.356	206.754
IV. DÍVIDA LÍQUIDA TOTAL/PIB	20,2%	20,7%	20,7%	19,8%

O crescimento do saldo dos haveres contratuais da STN, somado à diminuição da dívida externa, mais que compensou o aumento da dívida mobiliária interna, o que reduziu a dívida líquida em fevereiro.

**Dívida Mobiliária em
Mercado e
Securitizeda**

O Tesouro Nacional emitiu, em fevereiro, R\$ 30,4 bilhões em títulos, sendo R\$ 30,3 bilhões da DPMF, R\$ 12,0 milhões de TDA e R\$ 79,0 milhões em créditos securitizados. As emissões efetuadas em mercado tiveram por objetivo a rolagem da dívida mobiliária. Ao final do mês, o estoque dessa dívida em mercado atingiu R\$ 359,6 bilhões, equivalente a 34,5% do PIB.

Em fevereiro, as emissões do Tesouro Nacional perfizeram R\$ 30,4 bilhões, sendo quase a totalidade para rolagem da DPMF em mercado.

Em fevereiro, o Tesouro Nacional prosseguiu em sua estratégia de alongamento do prazo dos títulos prefixados (LTN).

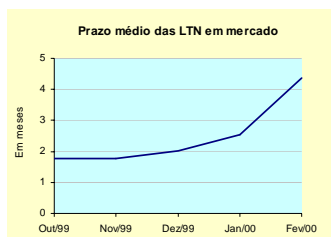
**TABELA 3
EVOLUÇÃO DA DPMF EM MERCADO E DÍVIDA SECURITIZADA
BRASIL, Fev/2000**

(R\$ milhões)

Fatos	Financeiras	Não Financeiras	Total
DPMF			
I. Emissões	29.660	635	30.295
LFT ¹	11.997	498	12.495
LTN	16.795	0	16.795
NTN-C	850	0	850
Demais	18	137	155
II. Resgates	29.477		29.477
LFT ¹	919		919
LTN	13.000		13.000
NTN-C	0		0
Demais	15.558		15.558
III. Valor líquido (I-II)	183	635	818
TDA			
I. Emissões		12	12
II. Resgates		28	28
III. Valor líquido (I-II)		-16	-16
Securitizedos			
I. Emissões		79	79
II. Resgates		547	547
III. Valor líquido (I-II)		-468	-468

¹Inclui LFT, LFT-A, LFT-B, LFT-E e LFT-M

As emissões financeiras centraram-se basicamente em LFT de 18 meses e LTN emitidas com prazo de até 12 meses. Como se observa, foi mantida a estratégia de redução do número de vencimentos e de alongamento do prazo dos títulos prefixados (LTN), conforme se observa no gráfico ao lado.



Ainda em fevereiro, o Tesouro Nacional realizou o terceiro leilão de NTN-C. O leilão foi efetuado em duas etapas distintas, a primeira com liquidação financeira em moeda corrente e a segunda em dívidas securitizadas de responsabilidade do Tesouro Nacional, alcançando um volume total de um milhão de títulos vendidos.

O preço final de venda de cada lote (3 e 7 anos) na primeira etapa determinou o preço de venda das NTN-C na segunda etapa, onde os participantes apresentaram propostas competitivas de venda de dívidas securitizadas ao Tesouro Nacional, cujos valores, desde que aceitos, determinaram a quantidade de NTN-C a ser vendida a cada participante ao preço pré-definido. Em termos de taxas de juros efetivas das NTN-C, os resultados acompanharam as condições de mercado, chegando a 11,7% a.a. e 12,5 % a.a. para as NTN-C de três e sete anos, respectivamente.

A mudança na modelagem do leilão foi introduzida com o intuito de incentivar a troca de dívidas securitizadas por NTN-C, uma vez que os preços dos créditos foram propostos pelos agentes de mercado, cabendo ao Tesouro Nacional a determinação do prêmio máximo entre os ativos permutados (dívida securitizada x NTN-C).

Entre as demais colocações, destaca-se a emissão financeira de NTN-P, no valor de R\$ 3,4 milhões, junto à Sudene, no âmbito do PND. Foram também realizadas emissões não-financeiras no valor total de R\$ 635,0 milhões, sendo: i) R\$ 429,2 milhões em LFT-B, destinada ao cumprimento do contrato de assunção e refinanciamento de dívida contratual interna de diversos municípios, nos termos da MP nº 1969/99; ii) R\$ 73,4 milhões em CFT-E em favor do FIES – Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior; iii) R\$ 16,0 milhões em NTN-I, para equalização de taxas no âmbito do Proex; iv) R\$ 43,7 milhões em CDP, adquiridos por devedores do INSS para quitação de dívidas junto àquele órgão; e v) R\$ 69,0 milhões junto ao estado do Piauí, em consonância com o Programa de Refinanciamento das Dívidas Estaduais (Lei nº 9.496/97) e Proes.

Com relação à dívida securitizada, foram emitidos em fevereiro R\$ 79,0 milhões, sendo R\$ 34,5 milhões para refinanciamento de dívida do estado da Bahia, R\$ 22,2 milhões à terceira tranche de títulos da dívida agrícola que foram negociados em 1995, com base na Lei nº 9.138/95, e R\$ 14,6 milhões para renegociação de dívida entre a União e setores sucroalcooleiros.

Em fevereiro, verificou-se um substancial crescimento dos títulos prefixados, cuja participação no total da dívida interna em mercado passou de 11,7% em janeiro, para 13,1% do total no mês em análise. A taxa Selic permanece atualizando a maior parte da DPMF, embora sua participação no total tenha caído 0,7 ponto percentual de janeiro para fevereiro, conforme demonstrado na tabela 4 e no gráfico abaixo. A elevada participação da dívida

Boxe 2 - Resultados dos Leilões de NTN-C

Até o mês de fevereiro, foram realizados 3 leilões de NTN-C, com os seguintes resultados:

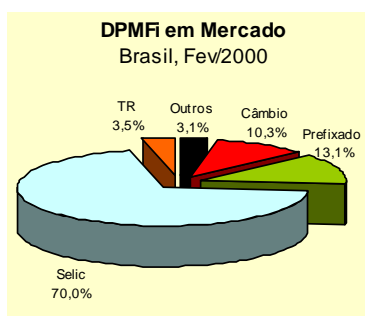
- A utilização de dívida securitizada na compra de títulos foi crescente. No primeiro correspondeu a 20,97% em relação ao total. No segundo, subiu para 25,84%, chegando a 35,20% no mais recente, ocorrido em fevereiro. Na média, atingiu-se um percentual de 27,34%;
- A troca de títulos resultou em um alongamento da *duration* da DPMF de 13,60 meses, em média;
- A redução do estoque nominal resultante da permuta dos títulos da dívida foi de R\$ 148,38 milhões.

Composição da Dívida

indexada à taxa Selic deve-se, sobretudo, à colocação de LFT-A e LFT-B nos últimos anos, para assunção de dívidas de estados e municípios.

**TABELA 4
COMPOSIÇÃO DA DPMFi EM MERCADO
BRASIL, 1999-2000**

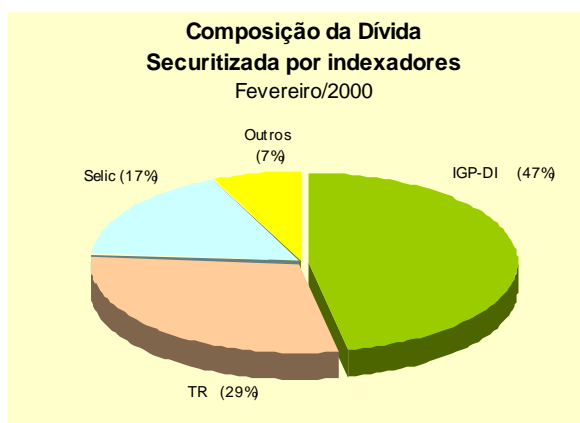
Indexador	1999			2000		
	Dez	Jan	Fev	Dez	Jan	Fev
Selic	70,8	70,7	70,0			
Câmbio	11,2	11,1	10,3			
Prefixados	11,4	11,7	13,1			
TR	3,6	3,5	3,5			
Outros	3,0	3,0	3,1			
TOTAL	100,0	100,0	100,0			



A participação relativa dos títulos cambiais no estoque da DPMFi mantém sua tendência de queda, tendo passado de 13,2%, em outubro, para 12,9%, em novembro, 11,2% em dezembro, 11,1% em janeiro e 10,3% no mês em análise. Esta queda decorreu, além da trajetória da taxa de câmbio, do fato de que, com exceção da NTN-I, não tem mais havido colocação primária de títulos vinculados ao câmbio.

A dívida securitizada mostra-se em sua maior parte (47,0%) composta por títulos indexados ao IGP-DI (e.g. os títulos originários das renegociações das dívidas dos estados). Os títulos indexados à TR, como os originários do FCVS, correspondem a 29,0% do total, e os atualizados pela taxa Selic, como os originários dos EGF – Empréstimos do Governo Federal, perfazem 17,0%, conforme demonstrado no gráfico abaixo.

O IGP-DI atualiza quase metade dos títulos que compõem a dívida securitizada.



Em fevereiro, o custo médio anual do total da dívida interna do Tesouro Nacional em mercado (incluindo DPMF e Dívida Securitizada) ficou em 14,40%. O custo médio anual do total da dívida pública mobiliária em mercado atingiu 14,71%. Se considerados apenas os títulos emitidos por meio de processo competitivo em mercado, o custo médio anual foi de 15,66%, sendo negativo para os títulos indexados à variação cambial, cujo custo médio anual atingiu -11,22%. O custo médio anual da dívida securitizada atingiu 11,07%.

Custo e Prazo Médios

**TABELA 5
CUSTO E PRAZO MÉDIOS DOS TÍTULOS DA DPMF EM MERCADO E DÍVIDA SECURITIZADA
BRASIL, Fev/2000**

(R\$ milhões)				
Título	Indexador	% de Participação	Prazo Médio	Custo Médio
LTN	Prefixados	13,1%	4,37	20,70%
LFT	Selic	48,9%	9,59	18,86%
NTN-D	Câmbio	7,5%	13,80	-11,22%
NTN-S	Prefixados+Selic	8,0%	1,67	18,86%
Demais	Vários	22,6%	-	-
Total DPMF		100,0%	27,09	14,71%
Competitivos			8,37	15,66%
Securitizados			87,41	11,07%
Total Dívida Interna			32,16	14,40%

Obs.: Prazo Médio em meses.

Custo Médio em % anual.

O custo médio do total da dívida interna em mercado foi de 14,40% no mês de fevereiro.

O custo médio total da DPMF em mercado caiu de 18,94% ao ano em janeiro para 14,71% no mês em análise, em decorrência da apreciação do real ocorrida no mês. Com relação às colocações competitivas em mercado, o custo médio do mês em referência reflete uma tendência de estabilidade, iniciada após o mês de agosto de 1999. Se incluídos os indexados ao câmbio, a taxa caiu de 19,53% para 15,66%. No entanto, se excluídos os títulos em referência, observa-se que essa taxa foi de 19,28% ao ano contra 19,09% no mês de janeiro.

Em fevereiro, o custo médio da DPMFi em mercado manteve-se constante.

**TABELA 6
DPMFi - CUSTO MÉDIO EM MERCADO
BRASIL, 1999/2000**

PERÍODO	(% anual)			
	TOTAL(1)	TOTAL(2)	COMP(1)	COMP(2)
1999				
Fev	37,11	49,22	38,24	53,33
Mar	40,02	-2,77	42,42	-11,64
Abr	33,65	12,42	35,38	14,57
Mai	26,20	34,02	31,52	34,96
Jun	22,14	27,36	23,20	28,30
Jul	20,42	20,98	21,12	21,95
Ago	19,68	44,67	20,24	32,02
Set	19,52	18,94	19,97	19,82
Out	18,59	22,01	19,05	21,54
Nov	18,59	14,07	18,90	15,41
Dez	19,40	5,12	19,82	8,02
2000				
Jan	18,79	18,94	19,09	19,53
Fev	18,86	14,71	19,28	15,66

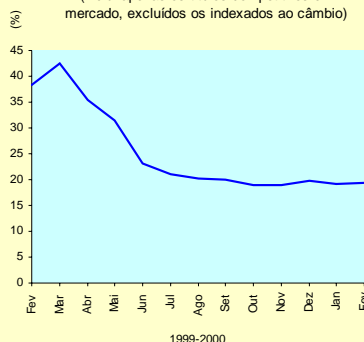
COMP - Títulos competitivos da DPMFi em mercado.

(1) Excluindo títulos indexados ao câmbio

(2) Incluindo títulos indexados ao câmbio

DPMFi - Custo Médio

(Inclui apenas os títulos competitivos em mercado, excluídos os indexados ao câmbio)



Em fevereiro, o prazo médio da Dívida Interna em mercado foi de 32,16 meses.

Em fevereiro, o prazo médio do total da dívida interna em mercado foi de 32,16 meses. O prazo médio da DPMF em mercado ficou em 27,09 meses, apresentando ligeira redução em relação aos últimos dois meses.

Se consideradas apenas as emissões em ofertas públicas, o prazo médio atingiu 8,37 meses, apresentando crescimento em relação ao mês anterior, que ficou em 7,89 meses, associado ao aumento do prazo médio das LTN em mercado, que em janeiro foi de 2,53 meses, passando para 4,27 meses em fevereiro.

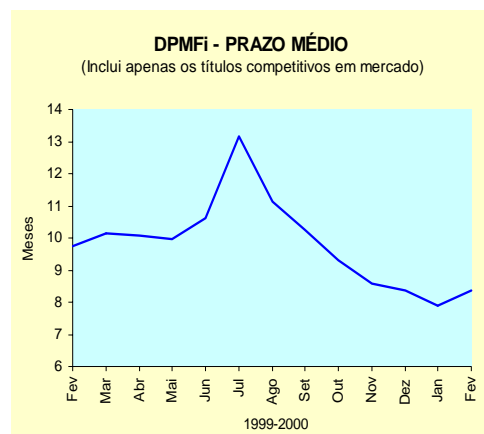
O prazo médio da dívida securitizada fechou o mês em 87,41 meses, sendo que o prazo médio dos títulos relacionados ao FCVS foi de 192,99 meses.

Em fevereiro, houve aumento do prazo médio da DPMFi em mercado, revertendo trajetória de queda iniciada em julho/99.

TABELA 7
DPMFi - PRAZO MÉDIO NO MERCADO
BRASIL, 1999/2000 (meses)

Período	TOTAL	COMP (1)
1999		
Fev	34,22	9,73
Mar	31,09	10,16
Abr	28,86	10,06
Mai	28,13	9,95
Jun	27,42	10,63
Jul	28,28	13,15
Ago	28,48	11,12
Set	27,06	10,25
Out	25,48	9,30
Nov	24,44	8,59
Dez	27,90	8,35
2000		
Jan	27,14	7,89
Fev	27,09	8,37

(1) Títulos competitivos da DPMFi em mercado.



O Tesouro modificou, a partir de fevereiro, o cálculo do estoque de créditos securitizados, visando compatibilizá-lo com a metodologia utilizada para a DPMF.

No que se refere à dívida securitizada, a partir deste mês o Tesouro Nacional passou a apurar o seu estoque mensal a partir do preço do último dia do mês de referência. O cálculo anterior era realizado tomando os valores desses títulos na sua data de aniversário.

Esta mudança teve a finalidade de padronizar a referida estatística ao mesmo critério adotado para o cálculo do estoque da dívida mobiliária, permitindo elaborar indicador consistente do nível de endividamento. Essa mudança metodológica afetou também os indicadores de prazo e custo médio, uma vez que os pesos de cada título ficaram alterados.

Dívida Líquida Contratual Interna

Em fevereiro, o saldo dos haveres líquidos do Tesouro Nacional foi de R\$ 301,9 bilhões (29,0% do PIB). Em termos nominais, houve crescimento de R\$ 9,3 bilhões em relação a janeiro, sendo R\$ 8,8 bilhões no âmbito da STN e R\$ 428,3 milhões nos haveres dos fundos, autarquias e fundações.

Este crescimento se deve em sua maior monta a uma reestimativa de alguns haveres no âmbito da STN. Até o mês de janeiro deste ano, os contratos ELETROBRÁS - ITAIPU - CT 424/TN (*BradiesClube* de Paris) e ELETROBRÁS - ITAIPU - CT 425/TN (LFT/RGR) estavam contabilizados pelo valor presente dos créditos cedidos. A partir de fevereiro, esses créditos passaram a ser contabilizados pelo valor do fluxo financeiro efetivamente cedido à União, nos termos dos contratos celebrados entre as partes.

Em fevereiro, houve aumento dos haveres contratuais da União em 0,5 ponto percentual do PIB, em função de recálculo do saldo de alguns contratos.

A tabela 8, a seguir, demonstra o comportamento da Dívida Contratual Interna ao longo dos últimos três meses.

TABELA 8
DÍVIDA CONTRATUAL INTERNA LÍQUIDA
BRASIL, 1999/2000

	(R\$ milhões)		
	1999	2000	
	Dez	Jan	Fev
TOTAL DA STN	-223.869	-225.713	-234.541
Dívida Bancária	39.503	39.613	39.748
Demais Dívidas da STN	3.194	3.159	3.147
Lei 7.976/89	-10.942	-10.618	-10.199
Lei 8.727/93	-43.351	-43.499	-43.665
Lei 9.496/97	-121.833	-122.418	-124.706
Renegociação de Dívidas dos Municípios - MP 1.969	-3.852	-4.233	-4.797
Demais Haveres da STN	-86.588	-87.717	-94.070
TOTAL DE FUNDOS, AUTARQUIAS E FUNDAÇÃO	-65.132	-66.905	-67.333
FAT	-45.487	-46.929	-47.450
Demais Entidades	-19.645	-19.976	-19.884
TOTAL	-289.001	-292.618	-301.875
TOTAL/PIB	-28,6%	-28,5%	-29,0%
TOTAL DA STN/PIB	-22,2%	-22,0%	-22,5%

O saldo da dívida externa de responsabilidade do Tesouro Nacional, ao final de fevereiro, foi de R\$ 115,9 bilhões, ou 11,1% do PIB, caindo 0,3 ponto percentual do PIB em relação ao mês anterior. Tal queda se deve exclusivamente à apreciação da moeda nacional em relação ao dólar ocorrida no mês.

Dívida Externa

Neste mês, o País lançou no mercado europeu o Eurobônus 2010, título com *coupon* de 11%, no valor total de EURO 750,0 milhões, tendo apresentado

expressiva demanda. Deve-se ressaltar o fato de que o Euro 2010 representa o título de maior prazo emitido pelo país no mercado europeu.

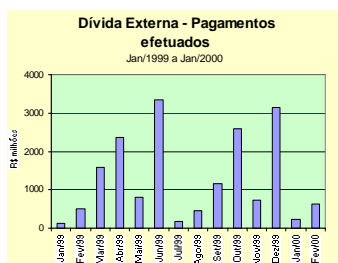
**Boxe 3 - Eurobônus 2010
Características**

Montante Emitido: EURO 750,0 milhões
Data Emissão: 04/02/2000
Data Vencimento: 04/02/2010
Coupon: 11,00% ao ano
Convenção para Cálculo: mês com 30 dias e ano com 360 dias
Data de Pagamento de juros: 04/02
Amortização: *Bullet*
Forma de Título: ao portador
Denominação: EURO 1.000, 10.000 e 100.000
Condições: Não resgatável antecipadamente.

No que se refere à execução financeira da dívida externa de responsabilidade do Tesouro Nacional, foram efetuados pagamentos regulares a Organismos Multilaterais (R\$ 83,6 milhões de amortização do principal e R\$ 126,8 milhões de juros e encargos), Bancos Privados/Agências Governamentais (R\$ 288,8 milhões de amortização e R\$ 25,2 milhões de juros e encargos), além dos juros e encargos provenientes da dívida mobiliária externa (R\$ 100,9 milhões), conforme demonstrado na tabela 7 abaixo.

**TABELA 7
EXECUÇÃO DA DÍVIDA EXTERNA
BRASIL, Fev/2000**

Discriminação	(R\$ milhões)		
	Principal	Juros e Encargos	Total
I. Encargos Totais	372,5	252,9	625,3
I.1. Organismos Multilaterais	83,6	126,8	210,4
I.2. Bancos Privados/Ag Gov	288,8	25,2	314,0
I.3. Clube de Paris	0,0	0,0	0,0
I.3. Dívida Mobiliária	0,0	100,9	100,9
Euro 2010 ¹	0,0	28,3	28,3
DM 2007 ²	0,0	72,6	72,6



Observa-se no gráfico ao lado que o fluxo de pagamentos referentes ao principal, juros e encargos da dívida externa manteve-se, nos primeiros dois meses de 2000 no mesmo nível de igual período de 1999, sendo de R\$ 822,1 milhões no primeiro bimestre de 1999 e R\$ 839,8 milhões neste ano.

Características

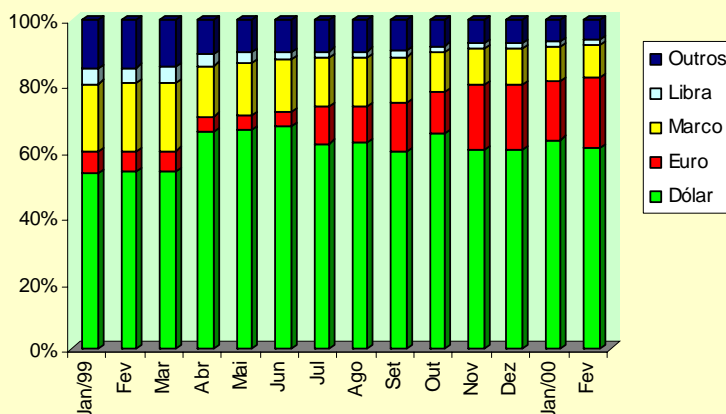
¹ Título de captação, emitido de acordo com a Resolução nº 57/95, com a nova redação dada pelas Resoluções nº 51/97 e 23/99, todas do Senado Federal.

² Título de captação emitido no euromercado, de acordo com a Resolução nº 57/95, do Senado Federal.

Atualmente, a dívida externa de responsabilidade do Tesouro Nacional está estruturada em Dívida Mobiliária, Dívida Contratual, Títulos Depositados em Garantia (Haveres) e Disponibilidades Externas de Fundos, Autarquias e Fundações (Haveres). No âmbito da Dívida Mobiliária Externa (R\$ 89,1 bilhões em fevereiro), 65,4% dos títulos são Bônus de Renegociação, também conhecidos como *Bradies*, e os restantes 34,6% são Bônus de Captação.

Em fevereiro de 1999, do total dos bônus de captação, as emissões em dólar representam a maior participação, com cerca de 60%. Entretanto, observa-se no gráfico abaixo que nos últimos meses a participação dos títulos emitidos em Euro vem crescendo.

Bônus de captação por moeda de emissão



Em fevereiro/99, do total de títulos de captação emitidos pelo Tesouro Nacional, 6,34% eram em Euros. Neste mês, os títulos em Euro já representam 21,35% do total

Como se observa no gráfico ao lado, em fevereiro, a dívida contratual externa do Tesouro Nacional estava com 17,1% do total em poder de bancos privados e agências governamentais, 38,7% com organismos multilaterais e 44,2% com o Clube de Paris.

Em fevereiro, o prazo médio dos títulos de renegociação (*bradies*) permaneceu inalterado em relação a janeiro, 5,51 anos. O prazo médio das novas emissões cresceu um pouco, passando de 5,43 anos em janeiro para 5,45 anos em fevereiro, devido ao impacto do Eurobônus 2010, que possui prazo de 10 anos.

O custo médio dos *bradies* não sofreu alterações em relação ao mês anterior, ficando em 6,25% ao ano, enquanto o referente aos títulos de renegociação passou de 10,68% ao ano em janeiro para 10,69% ao ano em fevereiro.



A maior parte da dívida contratual externa do Tesouro Nacional está em poder do Clube de Paris.